

# **REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

ABRIL/JUNHO-2002

**RENOVAR**



**FGV Fundação Getúlio Vargas**

**228**

# **SUMÁRIO**

## **Doutrina**

Desvio de poder por atos administrativos, legislativos e jurisdicionais — CAIO TÁCITO	1
Nova regulação dos serviços públicos — FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	13
Desvio de poder — RAFAEL MUNHOZ DE MELLO	31
Controle de constitucionalidade dos atos normativos pelos Tribunais de Contas — VANDRÉ AUGUSTO BÚRGIO	67
Agências Executivas — PAULO MODESTO	75
Desapropriação para fins de reforma urbana — EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	85
As Comissões Parlamentares de Inquérito como instrumento de apuração da corrupção — ALVARO LAZZARINI	99
Agências Reguladoras e Agências Executivas — ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	105
Regulação e Auto Regulação — ODETE MEDAUAR	123
Proteção jurídica das minorias do Sistema constitucional — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS e PAULO LUCENA DE MENEZES	129
Composição da Atividade Administrativa — CAIO TÁCITO	143
Os Municípios no Estado federal Brasileiro — JOSÉ CARLOS VASCONCELOS DOS REIS	149
Aprovação em concurso e direito subjetivo à nomeação — FRANCISCO MAURO DIAS e THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO	177
Tópicos de Direito Processual Litispendência por Identidade de Causa de Pedir — LEONARDO GRECO e THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO	183
A Manifestação do Poder Constituinte e os limites jurídicos do Poder Reformador — MARCOS VINICIUS FILgueiras JUNIOR	195

Moral e moralidade administrativa — UBERGUE RIBEIRO JUNIOR	209
Concessões e autorizações Petrolíferas e o Poder Normativo da ANP — ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	243
 <b>Jurisprudência dos Tribunais</b>	
Previdência Social. Modificação — Emenda Constitucional nº 20/98 (STF)	273
Parlamentar — Ação Penal — Licença prévia (STF)	278
 <b>Notas e Comentários</b>	
Homenagem ao Prof. Caio Tácito	281
 <b>Pareceres</b>	
Refinaria de petróleo — Iniciativa privada — Subsídio — CAIO TÁCITO	287
Concessão de serviço público — Poder de polícia — Equação econômico-financeira — ARNOLDO WALD	290
Impossibilidade de tributação com arrimo em depósitos bancários — MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS e CARLOS HENRIQUE DA FONSECA	310
Mandado de Segurança — Justiça incompetente — Suspensão de concessão — SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA	325
Desvio do poder — ODETE MEDAUAR	338
Aposentadoria parlamentar especial — MARCILIO TOSCANO	346
Previdência Social. Entidade fechadas — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	363
Ministério Público — Liberdade de expressão — Ação judicial — EMERSON GARCIA	373
 <b>Legislação</b>	
Emenda Constitucional nº 38, de 12 de junho de 2002 — Acrescentou o art. 89 ao Ato das Disposições Transitórias, incorporando os Policiais Militares do extinto Território Federal de Rondônia aos Quadros da União	389
Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002 — Altera a legislação tributária federal e dá outras providências	389

<b>Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002 — Altera a legislação tributária federal e dá outras providências</b>	<b>392</b>
<b>Lei nº 10.459, de 15 de maio de 2002 — Prorroga a autorização de que trata a Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001, que dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras</b>	<b>395</b>
<b>Lei nº 10.474, de 27 de junho de 2002 — Dispõe sobre a remuneração da magistratura da União</b>	<b>395</b>
<b>Decreto nº 4.131, de 14 de fevereiro de 2002 — Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal</b>	<b>396</b>
<b>Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002 — Estabelece limites para o provimento de cargos públicos efetivos no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo, e dá outras providências</b>	<b>397</b>
<b>Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002 — Estabelece normas e diretrizes para a elaboração, a reação, a alteração, a consolidação e o encaminhamento ao Presidente da República de projetos de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal, e dá outras providências</b>	<b>398</b>
<b>Decreto nº 4.187, de 8 de abril de 2002 — Regulamenta os arts. 6º e 7º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, que dispõem sobre o impedimento de autoridades exercerem atividades ou prestarem serviços após a exoneração do cargo que ocupavam e sobre a remuneração compensatória a elas devida pela União, e dá outras providências</b>	<b>413</b>
<b>Decreto nº 4.199, de 16 de abril de 2002 — Dispõe sobre a prestação de informações institucionais relativas à Administração Pública Federal a partidos políticos, coligações e candidatos à Presidência da República até a data da divulgação oficial do resultado final das eleições</b>	<b>414</b>
<b>Decreto nº 4.232, de 14 de maio de 2002 — Dispõe sobre as audiências e reuniões dos agentes públicos em exercício na Administração Pública Federal direta, nas autarquias e fundações públicas federais com representantes de interesses de particulares</b>	<b>415</b>
<b>Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002 — Institui, o âmbito da Administração Pública Federal, o Programa de Ações Afirmativas e dá outras providências</b>	<b>416</b>

**Decreto nº 4.262, de 10 de junho de 2002 — Regulamenta a Lei nº 10.357,  
de 27 de dezembro de 2001, que estabelece normas de controle e  
fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente  
possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes,  
psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá  
outras providências**

**418**

**Índice Analítico**

**421**